

# Com a palavra, a cidade mestiça

Imprensa, política e identidade no Rio de Janeiro, 1831-1833\*

Ivana Stolze Lima

A PALAVRA IMPRESSA FOI UMA FORMA DE ATUAÇÃO POLÍTICA para alguns segmentos da população do Rio de Janeiro e de outras cidades do Brasil nas décadas de 1820 e 1830. Quase sinônimos, fazer política – no sentido amplo – e lutar pela imprensa eram ações que envolveram diferentes grupos sociais. Numa época de incerteza, em que as ruas da cidade e a população urbana tinham grande visibilidade na política, uma fértil imprensa permite alcançar vozes dissonantes das pessoas comuns e notáveis. Como as que foram ao Campo de Santana na noite de 6 para 7 de Abril de 1831, exigindo a abdicação do imperador. Mas que também se envolveram em muitos outros projetos de história que não se concretizaram.

A imprensa do período regencial já é bem diferente do momento de sua introdução na então colônia em 1808. Rompendo o monopólio que a Impressão Régia mantinha desde sua criação, em 1821 duas modificações à primeira vista desvinculadas iniciavam toda uma proliferação de impressos-armas: a liberdade de imprensa estabelecida no bojo do constitucionalismo e o surgimento do primeiro jornal de anúncios, o *Diário do Rio de Janeiro*, cujo proprietário obteve licença para abrir uma tipografia própria, a Tipografia do Diário. Cresce o número de tipografias e cresce logo o de títulos de *folhas*, panfletos, *cartas*, proclamações, tornando-se uma não desprezível torrente.

Já na década de 1830, pelos variados títulos, passeia-se por diferentes matizes sociais e políticos. *O Filho da Terra*, *O Brasileiro Pardo*, *O Crioulinho*, *O Cabrito*, *O Homem de*

\* Publicado In: Mattos, Ilmar Rohloff de (org.). *Ler e escrever para contar*. documentação, historiografia e formação do historiador. Rio de Janeiro: Access, 1998, p. 161-184.

*Cor, O Mulato. A Aurora Fluminense, Astréa, O Regenerador, O Monarquista, O Independente, O Sentinela da Liberdade, A Matraca dos Farroupilhas.* Pelos conteúdos enfrenta-se linguagens comedidas, comportadas, elegantes, virulentas, jocosas. Alguns periódicos atravessam incólumes anos de publicação contínua; outros nem tão incólumes e contínuos. E alguns foram lançados como ato político específico tendo um único exemplar, ainda que o ato se quisesse durável, assim como a série anunciada, mas não cumprida. Outros já proclamavam: esta folha sairá quando o redator quiser. Mas o fato de alguns destes "periódicos" terem apenas um número não indica que a mesma idéia e proposta não fosse publicada novamente, talvez até pelo mesmo redator.

As tipografias do Rio onde se imprimiam os periódicos e os panfletos diversos não parecem ter sido exclusivistas de tendências políticas ao oferecerem seu serviço. É o caso da Tipografia Fluminense de Francisco de Paula Brito. Aliás, este tipógrafo tem uma história bem peculiar, um homem de origem humilde, filho de um carpinteiro, mestiço, alfabetizado por sua irmã, e que com essencial talento e avô diligente consegue iniciar uma carreira ascendente a partir das três maiores tipografias de então: a Nacional, Ogier e Plancher. Para tais estabelecimentos, os jornais eram o grande filão de seu serviço; os livros eram produzidos aqui, mas eram ainda caros em comparação com Lisboa ou Paris. Além da Fluminense, a Tipografia da Astréa, a Tipografia do Diário, a Tipografia de Ogier, a Paraguassu, a de Miranda e Carneiro, a Torres, entre outras eram algumas onde tais periódicos eram publicados.

É preciso considerar que os Redatores não eram nunca só redatores. Ou seja, não havia especialização profissional no sentido atual. Eram deputados, oficiais das tropas, membros da igreja, donos de comércio, livreiros, escritores, alguns vieram a ser ministros; muitos autores são, porém desconhecidos de nós. O mais importante é que todos pretendiam ser cidadãos.

Praticamente todos os jornais eram anônimos, embora em geral seus autores fossem conhecidos implicitamente. Em caso de dúvida, especulava-se sobre a identidade dos

redatores de títulos novos, e isso em si já animava as constantes polêmicas. Havia uma certa personificação dos próprios títulos: a Aurora, O Independente, O Brasil Aflito, o Jurujuba; publicar um jornal significava ter identidade e participar das disputas políticas, atuando no "Teatro do jornalismo". Como numa espécie de batismo, ganhava-se um nome ao lançar uma folha.

A identidade racial expressava-se pela imprensa. Proclamada identidade racial dos redatores, difamatória identidade racial dos adversários, ou questionável identidade racial de um notável. São temas de primeira linha de um debate que muitas vezes soa como uma verdadeira conversa indireta. Muitos artigos retiravam seu tema de afirmações publicadas em outros jornais, fosse para contestá-las ou usá-las em defesa de certos pontos de vista. Sem nenhuma dúvida, a *Aurora Fluminense*, dirigida por Evaristo da Veiga foi o mais frequente alvo destas citações. Polêmicas iniciadas, mas que nunca limitavam-se a polêmicas textuais, ecoando na Câmara dos Deputados, nas reuniões e motins das tropas, nas emboscadas, nas lojas de comércio, nas livrarias, no teatro, em ruas e praças da cidade. O alvo desta pesquisa são as construções de identidade, as designações raciais, as variações em torno da noção de mestiçagem e sua articulação com os projetos políticos em disputa. O teatro da imprensa foi um campo de batalha onde se definiram tais identidades.

Os impressos políticos eram vendidos em livrarias, ou nas tipografias, alguns anunciavam a possibilidade de receber subscrições temporárias, outros chegavam a outras regiões do Império, através de vendas ou mesmo permutas. Mantinha-se o costume antigo de se afixarem pasquins – agora impressos – em locais públicos, aumentando a possibilidade de seu alcance.

Um especial problema metodológico levantado por este tipo de documentação é conhecer o público leitor e o produtor anônimo. De uma parte o público são os próprios redatores adversários/interlocutores, o que é bastante evidente. Mas muitos destes produtores e leitores são anônimos para a história. Esperamos mostrar que isto não significa que sejam desprovidos de força, ainda que tenham vivido uma espécie de

história subterrânea, que não se concretizou como imaginaram. O discurso anônimo destes pasquins irados é por si mesmo bastante diferente, merecendo atenção.

\*\*\*

Pesquisar não é muito mais que se envolver em uma sucessão de dúvidas. Aqueles que sentem gosto pelos arquivos nunca vêem seu desejo plenamente satisfeito. Nunca deixam de lamentar o acesso a um documento que lançaria um pequeno clarão sobre seu tema, o autor anônimo de um impresso, os inevitavelmente anônimos leitores, os significados de certas palavras que não cessam de mudar com a história.

Ainda que com dificuldade, podemos ler algumas palavras, alguns textos. O impossível seria ouvir os seus ecos, acompanhar os gestos da escrita, ouvir as gráficas funcionando, ou comprar um desses impressos em uma loja da Praça da Constituição, compartilhando a atmosfera sediciosa das livrarias da época. Quem compraria um pasquim com o título de *Brasileiro Pardo*, um único número (ainda que nomeado o primeiro) lançado em 21 de Outubro de 1833? Haveria nesse ato uma dose de ousadia, algum perigo, ou uma simples vontade de espezinhar o governo regencial ou a fama da *Aurora Fluminense*, então o periódico de maior tiragem na cidade no Rio de Janeiro? No mínimo, este ato conteria um símbolo, não desprezível nas controvérsias entre chumbos e farroupilhas nas ruas da cidade.

A metodologia deve ajudar a percorrer este caminho, entre as fontes e a realidade histórica a ser questionada. O método surge do próprio contato com o arquivo e os documentos, bem como se ajusta e modifica, não podendo, portanto ser neutra em relação ao conjunto de documental. O risco que corremos ao impor categorias previamente definidas de análise é exatamente perder a compreensão que os próprios agentes históricos tiveram de si mesmos e de seu tempo.

\*\*\*

Uma vez que a interrogação básica deste trabalho trata de diferentes formulações sobre identidade e mestiçagem, a imprensa surge como conjunto documental privilegiado por várias razões. Nesta época, e ainda por algumas boas décadas, é sem dúvida o principal meio de comunicação, atingindo grupos intermediários da população do Rio de Janeiro e de outras regiões do Império, não só em termos de sua recepção, mas também de sua produção. A imprensa foi também um certo ponto de partida para outras áreas da produção discursiva – ainda que estas tenham se constituído com mais clareza alguns anos mais tarde – como a historiografia, a literatura, o saber médico. Por não ser monopólio de um grupo social específico, a imprensa é polifônica: abrange vozes sociais distintas.

A seleção do material parte inicialmente de títulos que explicitam o tema da identidade, articulando-o às grandes questões da participação política, da ordem pública etc. Em geral, são títulos de menor duração. Em seguida os títulos de grande tiragem, circulação, periodicidade, influência ou referência são também selecionados, embora neste caso a pesquisa defina períodos para leitura e análise, em relação a certos episódios como, por exemplo, a chamada noite das garrafadas, em março de 1831, ou em relação a alguns temas como a criação e funcionamento da Guarda Nacional, e as discussões raciais.

## Conjuntos

Como organizar um material tão vasto em conjuntos significativos das questões históricas do contexto? O critério político na classificação tradicional apresenta a disputa no período regencial como dividida entre liberais moderados, liberais exaltados, e restauradores. O problema dessa classificação é que estes termos foram usados pelos próprios agentes históricos, são mais armas do que formas estanques de classificação. Sem dúvida é importante verificar sua ocorrência, mas enquanto um jogo de acusações mútuas e de identidades relativas, construídas no calor dos embates.

O critério sócio-econômico, procurando as categorias sócio-profissionais dos produtores também deve ser levado em conta, tanto quanto a documentação o permitir. Mas não deve ser visto como estritamente determinante das formulações sobre identidade e das formas de atuação política. Vale assim interrogar sobre as formas de atuação de oficiais das tropas, comerciantes, mestres de ofício, libertos, juízes de paz, funcionários públicos, proprietários e principalmente sobre as diferentes distâncias que precisariam ser percorridas para que fossem reconhecidos como cidadãos.

O critério da origem étnica ou de nascimento seria aqui falacioso, se tomado como critério a priori. A identidade étnica só existe quando construída, como ação política. O nascimento não determinava a posição política e a percepção da identidade. Além disso, há muitos usos possíveis dos termos raciais, variando inclusive historicamente. O conteúdo da expressão "homem de cor", por exemplo, era bastante diferente do significado atual.

Da análise dos periódicos devem aparecer conjuntos que respeitem a percepção dos próprios agentes envolvidos. As expressões que designam os grupos em questão (e não apenas as palavras que acabaram reconhecidas pela historiografia, como exaltado, caramuru, moderado) merecem atenção especial. Além disso, a necessidade analítica de criar conjuntos não pode deixar de reconhecer os que não se adequam a tais conjuntos, isto é, não pode perder de vista as especificidades, as singularidades, e sobretudo deve possibilitar que o acaso apareça. O resultado buscado pela metodologia devem ser as diferentes lógicas para pensar a identidade. Nenhum desses critérios, isoladamente, nos permitirá reconstruir estas lógicas. A metodologia deve ser maleável ao devir histórico. A identidade será cultural, será de naturalidade, será política, será racial, será social e econômica, será localizada: todos esses aspectos atuam em conjunto.

## Temas

Alguns temas são bastante recorrentes na imprensa deste período: a defesa da constituição, a abdicação, a ameaça recolonizadora – real ou imaginária –, o governo regencial, a atuação dos ministros de Estado, os debates e resoluções da Câmara dos Deputados, as reformas liberais como a criação do cargo de Juiz de Paz, do Código Criminal, da Guarda Nacional. As folhas construía de forma distinta cada um desses temas na ordem do dia. Eram pautados também acontecimentos internacionais, de outras partes da América e Europa, sobretudo em torno do liberalismo. O cuidado com a informação obedecia à vontade de formar opinião. As notícias eram quase sempre obtidas por vias indiretas – transcrições de jornais de outras províncias ou países, correspondências de leitores. A verdade relacionava-se ao princípio de liberdade, como percebemos na epígrafe do periódico *O Catão*: "Verdades nuas, para homens livres, só criadas foram". O redator do jornal, cujo título significa o censor, expressa como instruir e formar opinião eram faces de um mesmo gesto: "Desejosos de instruir aqueles dos nossos concidadãos, a quem falece tempo para se porem ao fato dos nossos negócios públicos; esforçar-nos-emos por dar-lhes em resumo as Opiniões mais notáveis e úteis dos nossos Representantes em ambas as Câmaras; discutindo com eles seus princípios, e fundamentos com especialidade acerca das grandes questões presentemente agitadas em o nosso Aerópago". A pesquisa histórica com a imprensa deve, portanto analisar as diferentes formas de construção dos temas em pauta, ao invés de tomá-los como informações neutras sobre os acontecimentos. As "notícias" inúmeras vezes eram sobretudo denúncias de atos arbitrários das autoridades (constituídas ou não), como no caso do periódico *O Mulato ou o Homem de Cor*, que narrava o assassinato do redator do *Brasil Aflito*, Clemente José de Oliveira, pelo filho do "ex-regente Lima" e da impunidade que se seguiu ao ato.

Talvez o mais interessante seja interrogar como cada um desses impressos pretendia atuar na história. Considerar que mesmo os projetos um tanto subterrâneos, interrompidos ou abortados merecem análise, evitando tomar o período regencial como

mero antecessor do chamado Regresso conservador. A imprensa transformou o 7 de Abril em tema da história, e havia claramente a percepção de que se deveria lutar para concretizar um dentre os vários rumos que aquele acontecimento possibilitou. Não será exagero de nossa parte afirmar que afinal o principal tema destes jornais, ou o eixo a partir do qual se desenvolveram os demais temas, foi o "7 de Abril", disputando-se sua memória.

Alguns periódicos notavam sua intrínseca relação com a noite das garrafadas. Recontasse, transcreve-se jornais, trechos de processos, procura-se recuperar uma promessa desfeita, e ao mesmo tempo questionar a identidade nacional do governo regencial.

E inúmeros outros temas mais específicos, mas que diziam também respeito a como construir a nação e seu destino político: as denúncias de atos como crimes e atentados sofridos por "cidadãos" – bastante frequentes – ou prisões tidas como injustas, a permanente defesa da liberdade de imprensa, a lei de anistia a presos políticos, entre outros.

### Palavras

Os significados atribuídos a certas palavras podem indicar-nos algumas chaves para compreensão de um contexto histórico, e das relativas posições de grupos e indivíduos neste contexto. Palavras como "Brasileiro" desempenhavam, naquele momento, papel crucial na identificação dos projetos políticos. Havia diferentes maneiras de ser e não ser brasileiro, seguindo caminhos mais complexos que o nascimento em determinado território – havia, por exemplo, os "brasileiros adotivos", portugueses adeptos da emancipação. Outra palavra chave, da qual vale a pena interrogar os usos e associações, é "cidadão". O termo liberdade era inúmeras vezes defendido, mas nem sempre com os mesmos atributos. Parecem hoje inusitadas as oposições criadas pelos discursos entre a palavra liberdade e a palavra escravidão. Esta era primordialmente utilizada como metáfora, praticamente nunca indicando o sistema de exploração de mão-de-obra que continuou a ser implementado após a emancipação. O termo



conotava antes uma escravidão política, como por exemplo, aquela em que o Brasil arriscava voltar em relação a Portugal. A expressão igualdade não era tão comum, o que indica que construir as diferenças ocupava mais a mente dos cidadãos. As designações explícitas de identidade racial, como branco, mulato, pardo, crioulo podem ser investigadas em função dos adjetivos que invariavelmente as acompanhavam. O essencial é não tomar as palavras como expressando um sentido prévio, único, definitivo.

O narrador do discurso é figura estratégica quando se trata de construir identidades. Como o narrador se apresenta, quais os títulos a que aspira, como qualifica o grupo do qual pretende fazer parte, e, por outro lado, como apresenta seus adversários, os que estão fora de sua identidade?

## Exercícios de interpretação

A seguir transcreve-se alguns trechos dos discursos analisados, e ensaia-se algumas interpretações. O *Sentinela da Liberdade* ligava a cor a uma atitude política. Note-se o uso da expressão "bifaciado" e a desqualificação de quem não possui identidade definida, ou tem dupla identidade. A associação entre lei, igualdade, liberdade também merece atenção:

Não tardará muito que a branca *Aurora*, ou seus companheiros especialmente o *Independente* nos mimoseie com os epítetos de *fusco mal vestido*, *haitiano*, *crusador*, assim como esse papelão apelidou ao valente mártir da Pátria, o respeitável ancião BARATA! [...]

É nova lógica inventada pelo discípulo de Mr. Droz: quem não é moderado bifaciado; quem diz que o governo não tem caminhado pela senda da Lei, quem diz que não há entre os cidadãos igualdade, e por consequência não há liberdade; quem com mágoa confessa que se tem guerreado vivamente a homens pelo simples acidente da cor [...] é Caramuru!!! Quer a restauração!!!

Esta passagem exemplifica como certos termos não tinham um sentido previamente definido, e, positivamente, como serviam a determinados usos. "Caramuru", naquele momento, poderia ser usada como forma de desqualificar uma ação política, enfraquecê-la, utilizando o fantasma da restauração. Segundo o redator, todo opositor à *Aurora* – que admire liberdade e igualdade, que seja cidadão e amigo da lei e a quem coube o "simples acidente da cor" – seria taxado ora como "fusco mal vestido, haitiano, crusador", ora como "caramuru".

O termo mulato aparece também com múltiplos sentidos em um texto que pretendia denunciar uma condenável atitude do adversário:

Estamos informados que o Sr. Evaristo Ferreira da Veiga no dia 9 do corrente fez-se irmão professo na Ordem 3ª da Conceição, e Boa Morte (ordem pertencente aos homens de cor) ficando nós surpreendidos de ver como o homem, que (segundo dizem) em 1829 não queria mulatos na câmara municipal, porque *o povo não estava acostumado a vê-los ali*, agora se fosse assim sujar misturando-se com eles, asseverou-nos, que aquilo fora efeito de promessa, que fizera se escapasse, tomando a Sra. da Boa Morte, por advogada, e ligando-se por fraternidade com os *homens, que dão tiros, e facadas por dinheiro*: asseverou-nos mais que fizera igual promessa à Sra. da Lampadoza, a S. Benedito, e a Santa Efigênia, e que escudado com estes *santinhos inocentes* se faria invencível em todos os combates. [...]

Está aí uma forma de dizer que o próprio Evaristo da Veiga buscava não exatamente associar-se aos homens de cor, mas dobrá-los a sua influência, obter daí alguma vantagem. Ao lado do oportunismo, criticava-se em Evaristo sua suposta atitude passada de repudiar a participação de "mulatos" na câmara municipal, bem como sua afirmação de que "mulatos" seriam homens violentos. Esta última afirmação – e suas variações – foram alvo constante dos que procuraram negar naquele que exerceu o poder exclusivamente através de seu jornal a identidade política "mulata".

Como exemplo de contraste com tal atitude pode ser citado não exatamente um periódico, mas um impresso avulso com o curioso título "Oração Fúnebre no enterro dos

Farroupilhas do dia 7 de Outubro, recitada na Igreja da Lampadosa por um anônimo". O texto certamente não foi uma oração no sentido tradicional, mas sim no figurado, e posiciona-se contrariamente ao motim ocorrido na prisão da Ilha das Cobras, em que presos políticos convenceram os guardas a aderirem a sua causa *nacional*. O autor anônimo da oração ataca Cipriano Barata e seus correligionários:

[...] na Ilha das Cobras não correu [sangue] Brasileiro: e quando houvesse efusão de sangue, seria contraditório, e um ataque direto à Nação, porque o Brasil não se compõe de Vândalos, Anarquistas, salteadores, e cafres, [...] sem Religião, e sem costumes, vindos de diversas partes d'África [...]

Nesta passagem, a "cor" não é mero acidente como no discurso anteriormente citado, e sim desqualificação explícita para o acesso ao atributo "brasileiro". No entanto, este uso de termos como "cafres" é antes conotativo do que literal; é mais uma acusação do que algo que se constata. A expressão "vindos de diversas partes d'África" liga-se às pessoas envolvidas na rebelião como mais uma forma de desqualificar – dentre a de "vândalos", "salteadores", "anarquistas", "sem religião" – a motivação da revolta, mais do que descrevê-las. O mecanismo é comum aos que procuraram valorizar certa singularidade.

Ao encontrar, nos periódicos, os termos que designam identidades raciais, não se encontrará suportes naturais. Não interessa desvendar no signatário do periódico intitulado *Homem de cor* os sinais naturais de uma determinada ascendência. Antes, interessa como o termo é dotado de certa significação, como ele se torna o caminho para um certo uso. O termo "homem de cor", ou "mulato" será investido de certa força, de um conjunto de características que formam um discurso. Primeiro ato deste discurso: a citação do artigo constitucional "Todo cidadão pode ser admitido aos cargos públicos civis e militares, sem outra diferença que não seja a de seus talentos e virtudes." Este princípio procura combater uma afirmação de Manoel Zeferino dos Santos, então presidente da província de Pernambuco, sobre a "divisão de classes" renitente no Império. Esta afirmação foi feita em um ofício – publicado pelas "folhas ministeriais" –

contendo críticas à qualificação dos oficiais da Guarda Nacional, e propondo a separação entre batalhões "segundo os quilates da cor". Nesse passo, chega-se a uma questão envolvida tanto com a atuação política quanto com a identidade: a participação nesta instituição.

Uma das querelas de que a imprensa foi agente consistiu na memória e desdobramento do Sete de Abril de 1831, adjetivado de "gloriosa revolução", ou "revolução regeneradora". Entre os exaltados é encarado como o grande malogro a que foram submetidos pelos liberais moderados. Foi a falsa aliança, foram falsas as promessas de mudança que agora levam a reivindicações específicas como a obtenção dos "Empregos Nacionais", a participação da Guarda Nacional – que além de significar o estatuto simbólico e político de cidadão liberava do recrutamento obrigatório para os outros corpos militares e policiais – e também propostas mais amplas como a federação como princípio de organização política. Mas neste mesmo movimento, e é isto que interessa mais especificamente à pesquisa, os auto-proclamados exaltados criticaram o discurso liberal sobre a nacionalidade e a identidade. Segundo alguns representantes desta proposta, a "união das raças" para derrotar os "inimigos do Brasil" pode ser matéria de questionamento, mais do que uma bandeira a ser levantada com obediência. Assim escrevia o Brasileiro Pardo:

[...] Os tais patriotas, daqueles tempos, gritavam contra os adotivos em todos os seus discursos, gazetas, conversações; e eu, pobre patinho, ia caindo no logro, e à semelhança do carneiro, seguia a direção dos então pastores: amigo do meu país, extremoso pelos princípios livres, e zeloso por o que eles então chamavam nacionalidade, já aborrecia os adotivos, e ainda que não fosse acostumado a chamar ninguém por alcunhas, contudo em vendo um adotivo quase que já estava na minha mão o deixar o de o chamar – *maroto*, *marinheiro*, *chumbo*, etc. – vieram as garrafadas, e eu fiquei doido de todo! O *Melo Miranda*, o *Guerra*, o *Areias*, e outros que tais que, segundo a fama, então se distinguiram, se eu os houvesse pilhado, não sei o que teria feito: os nossos *Evaristos* gritaram-nos em gazetas – *sangue pede sangue* – o caboclinho *Repúblico* berrava – *mata chumbo* – numa

palavra, para encurtarmos razões, que todos sabem, a tal coisa de *chumbo, maroto e marinheiro*, levou as coisas ao ponto de D. Pedro abdicar.

O Brasileiro Pardo pretende desconstruir tal união nacional, ou pensar em termos diferentes. Daí, junto a outros discursos, tematizar o preconceito racial, a relação entre critério social ou critério de cor ou raça. Sobre este último ponto, *O Martelo* publicava em suas páginas uma irônica reflexão, que talvez diga respeito, na linguagem cifrada que era usual, a algum notável de então, zeloso de embranquecer socialmente. A passagem leva o título de "Diálogo", e serve como amostra do comum estilo cômico:

– João, por que és tu ingrato para com o Senhor ..., a quem deves os maiores benefícios, pois te elevou aos grandes cargos, que hoje ocupas?

– O Benefício maior que eu tenho recebido desde que vim ao mundo, foi de meu pai, que nascendo eu escravo, apresentou-se ali na Freguesia de Santa Rita, e deu algumas poucas de loiras [sic] pela minha liberdade, na ocasião em que me batizei.

– Mas depois desse benefício, João, que mais te fez teu Pai?

Mandou-me para Portugal, onde estudei à sua custa.

– E depois, João, o Pai do Senhor ... não foi quem principiou a dar impulsos a tua carreira, que depois o Filho tanto abrilhantou?

– Ora, é boa história: até vai v. m. buscar defuntos para meter na conversa! Meu amigo, o Pai, já morreu, e o Filho hoje não voga: esta é a tática que tenho seguido desde que me entendo; e não me tenho dado mal com ela.

– Porém, João, e se ... se ...

– Ah! ah! ah! ah! ah! Para então já eu tenho feito cálculos; e v. m. verá como hei de ir com vento em popa. Olhe, quando se tratou das nomeações de S..., eu tive inimigos, que votaram a meu favor: tais foram meus artifícios! Contar-lhe-ei um caso, que vem a propósito. Minha mulher, logo depois do nosso casamento, entrou a parecer desgostosa, por me não ouvir nunca falar em Pais e Avós etc. etc.; receando que (pobre inocente!) quem me não conhecesse a ascendência (é boa asneira!) supuseste não ser eu oriundo das principais famílias do Brasil: porém hoje está tão crente no [sic] meu puritanismo, que

fala em farroupilhas, e em gente ordinária, com uma frescura, que faz gosto! Meu amigo, esta é a grande vantagem que eu tenho tido nos meus negócios; de maneira que sempre saio com partido em todos eles [...]

O golpe do Martelo, escarnecendo de algum indivíduo, mas sem deixar de expressar um significado cultural da época, atinge a ambiguidade entre a condição social de um ex-escravo, provavelmente filho ilegítimo que teria atingido um alto cargo público (ou se preferirmos, alguém que exerce um alto cargo público, que teria nascido escravo) e que teria se casado na boa sociedade, e o silêncio sobre sua origem obscura.

As indefinições de uma sociedade escravista em crise (lembre-se que 1831 foi o ano da lei que proibiu o tráfico de escravos para o Brasil, a "lei para inglês ver"), de um momento em que os princípios liberais dos "talentos e virtudes" pareciam comunicar-se com os princípios da condição de nascimento, que a constituição de uma esfera pública de poder negociava com a cultura patriarcal, em um país de passado colonial em que a exigência de "limpeza de sangue" para alta hierarquia administrativa conviveu com a miscibilidade do português (e não só sua!) e em que, naquele contexto específico, a lei de naturalização de estrangeiros implicava uma concorrência no mercado de trabalho urbano talvez bem mais concreta para a maioria da população da cidade do que o fantasma restaurador, todas essas indefinições permeiam esta questão levantada por um suposto correspondente do *Martelo*:

Na discussão da Lei de Naturalização de Estrangeiros no Senado, o Sr. Alencar combateu para que ela não fosse avante, servindo-se para isso de *grandes* argumentos, entre os quais ela foi *que qualquer estrangeiro casando com uma mulatinha era imediatamente Cidadão Brasileiro!* Por ventura o mulatinho, irmão da mulatinha não é Cidadão Brasileiro pela nossa Constituição? E sendo assim, que dúvida tem S. Mce. que os sobrinhos, e o cunhado desse mulatinho também o sejam? Será porque a Constituição da República dos Estados Unidos, que, aliás, tanto se nos mete a cara, exclui os *mulatinhos* dos Direitos Políticos? Ora pois: o ex-Imperador era tirano, queria suplantar os direitos do homem & & &, e deu-nos essa Constituição, que nenhuma diferença faz senão dos talentos, e virtudes

e o Sr. Alencar liberal por excelência, quer que os *mulatinhos* nada valham na Sociedade, e que até passe o ridículo, que S. Mce. lhes [ilegível] a quem com eles casarem!!! ...

Sou, Sr. Redator, seu atento venerador. Um mulatinho muito amigo da Constituição, que o põe ao nível do Sr. Alencar, sem nenhuma outra diferença mais que talentos e virtudes.

O jornal *O Crioulinho* oferece mais um exemplo de que as diferenças políticas por vezes afirmavam-se através de usos diferenciados de identidades mestiças. *O Crioulinho* apresenta-se como contestador de uma folha chamada *O Crioulo*, que a princípio teria causado grande esperança, pois parecia algo contrário aos

[...] escribas brancos, que se dizem redatores das Auras, Correios Oficiais, Verdade, e de todos os outros papelários e papélicos da *moderação jacobina*, fazendo ver ao público, que entre crioulos há também quem saiba pensar, e ajuizar [...]

No entanto o autor foi tomado de desgosto, vendo no jornal o ataque à "honra e probidade dos beneméritos Cidadãos, sem escapar-lhes o nosso jovem IMPERADOR". Percebe-se aí que era possível combater o discurso "oficial" e a "moderação" sem transcender os limites dos "beneméritos Cidadãos". Segundo *O Crioulinho*, *O Crioulo* teria como objetivo apenas aproximar-se dos "homens de cor, enquanto se persuadirem, que dali se possa tirar partido em proveito chimangal", da mesma forma como fizeram no "7 de abril":

[...] se assim não fora, os moderados da época, ou chimangos, imediatamente depois de 7 de abril, não designariam patriotas de faca, e cacete aqueles mesmos sujeitos, a quem dantes os liberais por excelência, ou liberalões (trata-se dos corifeus, e não dos iludidos) convidavam para se unirem as suas fileiras, com o prazenteiro nome de Irmãos, e Cidadãos dignos de tudo, e por tudo; dizendo e protestando que marchavam firmemente a franquear-lhes a entrada para os primeiros Empregos Nacionais; e por último em ajuste de contas babau... nunca mais apareceu um Emprego para um crioulo, e nem um crioulo para um Emprego.

A controvérsia iniciada pelo *Crioulinho* era bastante comum nos debates impressos. Não foi verificada a existência de *O Crioulo*, o que indica uma zombaria dupla,

provavelmente procurando atingir um outro título. Atitude semelhante foi a resposta ridícula que teve a folha *O Filho da Terra*: alguns dias depois de seu lançamento, publicou-se *O Veterano, ou o Pai do Filho da Terra*, escarnecendo sua identidade, sua origem social e racial sua descabida pretensão de ser "Escritor Público".

A mesma questão da obtenção dos cargos ou funções públicos é tematizada, agora pelo *Cabrito*. Além desta, vemos neste documento uma outra das datas a que se deve também dedicar a memória: as noites de meados de Março de 1831.

Brasileiros mulatos, um cabrito vosso patrício é quem vos vai falar; não é um filho de cacheu, que se finge pardo para vos iludir; é um cabrito que hoje ainda tem manchas no corpo recebidas na rua da Quitanda, Pescadores, Rosário etc. etc.: é um cabrito que não é moderado, e que não se unirá a eles enquanto forem protetores dos malvados chumbeiros: é um cabrito, que ainda conserva em memória as expressões de que se serviram os insolentes garrafistas de Março na sua exposição dos acontecimentos de 11 a 15 de Março de 1831, e que vai transcrever nesta folha alguns pedaços da mesma exposição, para lembrá-las a alguns que já se tiverem esquecido.

A abundância das designações, das formas de identificação, compõe uma linguagem racial na apresentação das disputas políticas. Porém, não parece referir-se a uma pura ou evidente identidade étnica natural. *O Cabrito* fala em "Brasileiros mulatos", "Cabrito vosso patrício", "malvados chumbeiros"; *o Brasileiro Pardo*, em "Homens de minha classe", "homens de minha cor", "gente da classe média", "Nós, os pardos". Há uma espécie de jogo de xingamentos e atribuições de identidades. Tratando de contexto diferente – Salvador na década anterior – João José Reis comenta a guerra de símbolos entre setores da população, o os insultos de "cabras" e "caiados".

Mais uma variação é encontrada no *Brasileiro Pardo*. O título deste pasquim pode servir a algumas questões. A noção de brasileiro era noção a ser construída, que precisava ser defendida. No caso do *Brasileiro Pardo*, o primeiro termo não se ligava, por exemplo, à defesa do Estado-Nação e às noções de território, soberania, unidade, na medida em que se admitia outras formas de ser brasileiro: "Brasileiros adotivos",



"Brasileiros Natos", "Brasileiros Brancos". O segundo atributo do título talvez seja a mais interessante expressão ligada à identidade. Em primeiro lugar porque é indefinível de forma fixa e acabada. É também impossível tentar atribuir significados precisos e compartilhados, constantes a termos como cabra, caboclo, curiboca, mulato. Mesmo quando alguns discursos de época tentam defini-los o que se depreende é a inexistência de fronteiras rígidas. Um dos sentidos usuais da palavra pardo é a da união das "três raças", o resultado homogêneo, a síntese, o amálgama. Não é esse o sentido do título do pasquim, pois o jornal não quer a "união das raças", mas sim uma união explicitamente política entre vários brasileiros que permanecem com seus atributos de especificidade (adotivos, natos, brancos, pardos) contra as orientações moderadas.

Na lógica discursiva escravista, o conteúdo de pardo é marcadamente social. Pouco provável seria a ocorrência de expressões como "pardo escravo", assim como seria redundante o termo "preto escravo". Pardo pode significar liberto. Um mesmo indivíduo que obteve a alforria passa de "preto" (isto é, escravo) a pardo. Na linguagem racial em uso não seria verossímil aplicar a noção pardo a indivíduos não nascidos no Brasil, e sim "africanos libertos" ou "livres". O que se percebe é que, independente do que a organização político-administrativa formal definia como brasileiro, era possível que surgissem sensibilidades diferentes para essa noção.

O *Brasileiro Pardo* defendia o fim das distinções entre livres por nascimento e libertos na obtenção de títulos da Guarda Nacional. A milícia cidadã estaria aceitando "antigos chumbos", de quem agora os liberais se aproximavam, o que seria injusto. O principal objetivo do pasquim parece ser, portanto, não expressar a concepção de uma sociedade dividida entre cores, ou racialmente estratificada, mas sim que se atente para a dimensão política (e não natural) das formas de identidade. Assim, procurava representar os direitos dos libertos para que fossem "brasileiros". Para avaliar a relevância desta proposta, lembre-se que ao longo do século XIX e da crise da escravidão, o número de libertos tendeu a aumentar, esmaecendo as fronteiras entre mundo escravo e a população que não era nem proprietária e nem escrava, fenômeno

social que marcou a cidade do Rio de Janeiro, e que suscitou todo um aprimoramento das práticas disciplinares de controle social, aprimoramento iniciado já em 1831.

Com a palavra, a cidade mestiça. Com o texto que leva este título, procurei demonstrar algumas formas possíveis de analisar os discursos produzidos pela intensa atividade da imprensa no Rio de Janeiro. Uma forma de fazer política que alargava a representação oficial de cidadania e que tornava pública a prática política. Nesta espécie de jogo surgiram diferentes e tensionadas representações em torno das identidades raciais. O que deve ser afinal retido é a historicidade subjacente aos termos de identidade racial.

#### Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1991.

AZEVEDO, Moreira de. 1874. Origem e desenvolvimento da Imprensa no Rio de Janeiro: *Revista do IHGB*, 1865, tomo XXVIII.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. São Paulo: Difel, 1975.

FONSECA, Gondin da. *Biografia do jornalismo carioca (1808-1908)*. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1991.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil (sua história)*. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Livro dos Prefácios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: Repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: A formação do Estado Imperial*. São Paulo: HUCITEC, 1987, 2ª ed.

MAUSS, Marcel. La nation. In: Oeuvres. 3. Cohésion sociale et division de la sociologie. Paris: Les Éditions de Minuit, 1969.

REIS, João José e Eduardo Silva. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RODRIGUES, Edmilson M., Margarida de Souza Neves, e Francisco Falcon. *A Guarda Nacional no Rio de Janeiro. 1831-1918*. Rio de Janeiro: Série Estudos, PUC-Rio, n. 5, 1981.

SILVA, Antonio Morais e. *Dicionário da Língua Portuguesa Recopilado*. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813.

SODRÉ, Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

WEBER, Max. Relações comunitárias e étnicas. In: *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Ed. UnB, 1991.